



A INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

Francielly Mota Pereira¹

Fábio Vítor Martins²

Kátia Daiane de Oliveira Rosa³

RESUMO

As características do autismo irão variar de uma pessoa para outra, mas envolvem, especialmente o comprometimento da interação social e da comunicação do indivíduo e faz com que ele tenha um repertório muito restrito de atividades e interesses. Essas manifestações do transtorno irão variar de uma pessoa para outra e levam em consideração seu nível de desenvolvimento, assim como a idade cronológica de cada indivíduo. Diante desta complexidade que é o autismo, o artigo tem o objetivo de refletir a importância da inserção de crianças autistas no ensino regular como de inclusão educacional e social. Sendo assim, o problema que norteará a pesquisa se insere neste questionamento: De que forma as crianças autistas devem ser inseridas no ensino regular? Para tal discussão será utilizada uma pesquisa bibliográfica, visando estabelecer abordagens acerca da importância da inserção de crianças no ensino regular, para que assim, o processo de inclusão aconteça.

Palavras-chave: Autismo. Crianças. Ensino Regular. Processo de aprendizagem.

ABSTRACT

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 2004; Pós-Graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade Ávila – 2013; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS – 2021 – motafrancielly@hotmail.com

² Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – 2002; Pós-Graduação em Deficiências Múltiplas e Intelectuais pela Faculdade Futura - 2019; Mestre em Ciências da Educação pela FICS – 2021 – fabiovitorpalmelo@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2005; Pós-Graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade Ávila – 2013; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS -2021 – mf_katia@hotmail.com

The characteristics of autism will vary from one person to another, but in particular they involve impairment of the individual's social interaction and communication and cause them to have a very restricted repertoire of activities and interests. These manifestations of the disorder will vary from one person to another and take into account their level of development, as well as the chronological age of each individual. Given the complexity of autism, this article aims to reflect on the importance of including autistic children in mainstream education as a means of educational and social inclusion. Therefore, the problem that will guide the research is: How should autistic children be included in mainstream education? For this discussion, bibliographical research will be used to establish approaches to the importance of including children in mainstream education, so that the process of inclusion can take place

Keywords: Autism. Children. Regular Education. Learning Process.

RESUMEN

Las características del autismo variarán de una persona a otra, pero en particular implican la alteración de la interacción social y la comunicación del individuo y le hacen tener un repertorio muy restringido de actividades e intereses. Estas manifestaciones del trastorno variarán de una persona a otra y tendrán en cuenta su nivel de desarrollo, así como la edad cronológica de cada individuo. Dada la complejidad del autismo, este artículo pretende reflexionar sobre la importancia de incluir a los niños autistas en la educación ordinaria como medio de inclusión educativa y social. Por lo tanto, el problema que guiará la investigación es: ¿Cómo se debe incluir a los niños autistas en la educación general? Para esta discusión, se utilizará la investigación bibliográfica para establecer los enfoques sobre la importancia de la inclusión de los niños en la educación general, para que el proceso de inclusión pueda tener lugar.

Palabras-Chave: Autismo. Niños. Educación ordinaria. Proceso de aprendizaje.

1 INTRODUÇÃO

O autismo ou espectro do autismo é um transtorno que já tem sido discutido e estudado há algum tempo. É um distúrbio que possui graus diferenciados, dos mais suaves aos mais severos e que pode unir-se a outras síndromes como down, willimas, frágil, o que gera consequências ainda mais graves para a vida do indivíduo, pode age em diversos fatores do seu cotidiano.

Atualmente, tem se falado muito acerca da necessidade e importância da inserção dos autistas no ensino regular, mas ainda a muito descaso e desrespeito desses alunos no processo de escolarização regular. Deste modo, o artigo busca refletir sobre a importância da inserção das crianças autistas no ensino regular, como

forma de inclusão social e educacional e que é aparado por lei, na dimensão de uma educação para todos de modo igualitário.

De que forma as crianças autistas devem ser inseridas no ensino regular? Esta questão norteará toda a discussão, mostrando que não basta colocar estas crianças sem planejamento, estrutura da instituição e formação de professores. Sem esses critérios as crianças autistas não desenvolverão de modo qualitativo, e onde suas habilidades e potencialidades serão desperdiçadas.

2 Noções sobre o Autismo

O termo autismo tem uma longa história que remonta cerca de um século, foi usado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911, no entanto, a definição clínica da síndrome de autismo não apareceu até 1943.

Nesta data, Leo Kanner, um psiquiatra infantil de nacionalidade norte-americana, publicou um artigo no qual descreveu os traços que mostravam 11 de seus pacientes, todos eles crianças, e que coincidiam entre si de maneira surpreendente. Este artigo apareceu com o título “Alterações autistas de contato afetivo” em uma revista agora extinta *Nervous Child*. O Dr. Kanner referiu-se a essas crianças com essa descrição:

Desde 1938, tem nos chamado a atenção várias crianças cujas características diferem de forma notável e única de todos os que se conheciam até agora, e cada caso merece, e espero que você receba com tempo, consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes. (Kanner, 1943, apud Cunha et al, 2015, p. 14)

Mais tarde, Kanner teve a oportunidade de observar mais crianças com características semelhantes e usou o termo “autismo infantil” para descrever tal condição. Do ponto de vista etimológico, a palavra “autismo” se origina do termo grego “autos” relativos a “eu mesmo”, ou seja, o autismo consistiria em uma condição na qual o indivíduo é totalmente autocentrado em si mesmo e em seu mundo (SILVA; 2016).

No final do século XIX, o psiquiatra Henry Maudsley (1835-1918) levantou a possibilidade de que a “psicose” pudesse ocorrer em crianças. Essa palavra não tem um significado preciso, mas tende a ser usada como um rótulo geral para um comportamento extravagante e bizarro. Os distúrbios que agora são considerados

dentro do espectro autístico se encaixam nessa descrição, então eles foram classificados como “psicoses infantis”.

Nas primeiras décadas do século XX, as teorias dos psicanalistas influenciaram muito as atitudes dos profissionais e da sociedade em geral. Desde que Kanner publicou seu primeiro artigo sobre “autismo infantil”, muitos acreditavam que a síndrome era uma desordem emocional, não física, e que todos os problemas se deviam ao modo de como os pais educavam seus filhos. O efeito foi desastroso, agravando a preocupação dos pais em ter um filho cujo comportamento eles não conseguiam entender, fazendo-os sentirem-se culpados e minando a confiança que podiam ter em sua capacidade de ajudar (Gomez; Terán, 2014).

Em 1944, Hans Asperger, na Áustria, publicou seu primeiro artigo, “Psicopatia Autista”, sobre um grupo de crianças e adolescentes com outro padrão de comportamento hoje conhecido como síndrome de Asperger. Asperger acreditava que sua síndrome era diferente do autismo de Kanner, embora ele admitisse que ambas tinham muitas semelhanças. Ele publicou em alemão no final da Primeira Guerra Mundial, e demorou muito até que os artigos sobre o assunto aparecessem na língua inglesa. Até dez ou quinze anos atrás, seu trabalho não era conhecido fora da Europa.

A curta história da síndrome de Asperger é tão recente que sua obra original foi recentemente traduzida por Uta Frith em 1991, embora Lorna Wing tenha publicado em 1981 suas coincidências com o trabalho de Hans Asperger. Até a década de 1960, não surgiram novas ideias sobre a natureza dos distúrbios autistas. Pesquisas sobre o desenvolvimento normal da infância, bem como o trabalho sobre o autismo de Kanner, especialmente as de Michael Rutter e seus colegas, levaram a mudanças essenciais.

Este trabalho mostrou que o comportamento de crianças com autismo fazia sentido se visto como devido a desordens de alguns aspectos do desenvolvimento que começaram no nascimento ou nos primeiros anos da infância (Cunha, 2012). Diante disso, o crescente conhecimento de como o cérebro funciona e as coisas que podem dar errado deixou claro que as causas são físicas e não têm nada a ver com os métodos dos pais em criar seus filhos. Agora há poucas pessoas que culpam os pais, mas entre certos profissionais e alguns profanos há resquícios das velhas ideias, que produzem muita infelicidade para os pais que tropeçam nessas atitudes.

Alguns psiquiatras infantis consideravam que os distúrbios autistas eram formas de esquizofrenia infantil. No entanto, uma série de estudos realizados por

Israel Kolvin e seus colegas na década de 1970 mostrou as diferenças entre o autismo e a muito rara desordem da esquizofrenia infantil.

Nas décadas de 1970 e 1980, começou-se a considerar seriamente a ideia de que o autismo de Kanner foi parte de um espectro mais amplo de autismo e dos distúrbios encorajados, alguns estudos sobre o autismo foram realizados, incluindo os de Camberwell mencionado acima e os de Christopher Gillberg e colegas na Suécia. As implicações desse ponto de vista na pesquisa e na prática clínica ainda estão sendo exploradas (Cunha, 2012).

Na perspectiva conceitual Gaudere (1997) considera que:

Autismo, portanto, é um nome dado a um padrão de comportamento produzido de forma complexa, como um resultado final de uma longa sequência de causas. É uma síndrome, ou seja, um conjunto de sintomas, que agrupados, recebem a denominação de autismo. (ORNITIZ apud Gauderer, 1997, p. 55).

Pode-se inferir que esta síndrome não responde a uma única etiologia, por isso é muito provável que se tenha que falar, em um futuro não muito distante, de autismos em vez de autismo.

Até hoje, o termo autismo ainda é usado como sinônimo de Transtornos do Espectro Autista⁴ (TEA) ou, ao contrário, como o autismo que Kanner descreveu originalmente conhecido hoje como autismo clássico ou Kanner, e que corresponde ao Transtorno do Autismo da classificação internacional do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders DSM IV* e Autismo Infantil (Silva, 2016).

As características do TEA irão variar de uma pessoa para outra, mas envolvem, especialmente o comprometimento da interação social e da comunicação do indivíduo e faz com que ele tenha um repertório muito restrito de atividades e interesses. Essas manifestações do transtorno irão variar de uma pessoa para outra e levam em consideração seu nível de desenvolvimento, assim como a idade cronológica de cada indivíduo. Segundo Barbosa et al (2015), até a atualidade não foi identificado um marcador biológico único em todos os casos de TEA e isso, possivelmente não é possível, já que várias podem ser as causas do transtorno.).

Há de se considerar que o autismo acaba não atingindo apenas a criança que sofre com as dificuldades geradas pelo transtorno, mas, também, atinge toda família, seu ambiente social, a escola e a educação individual, assim sendo, busca-se analisar

⁴ Condições neurobiológicas caracterizadas por anormalidades generalizadas de interação social e comunicação (BRITES, 2019).

como é possível educar crianças com autismo, especialmente no espaço das escolas regulares que se disponibilizaram ao processo de inclusão.

Segundo Siluk (2012), autismo é um termo usado pela primeira vez em 1943 pelo psiquiatra Léo Kanner, que denominou o transtorno de “autismo de contato afetivo”. Por volta das décadas de 1950 e 1960, o termo "mãe geladeira" foi usado pelo psicólogo Bruno Bittelhim, que afirmou que o autismo pode decorrer da apatia de muitas mães para com seus filhos, o que torna muitos pais responsáveis por esses distúrbios.

De acordo De Paula, et. al. (2017) esses primeiros estudos realizados por Kanner foram fruto de quatro anos de investigação e registro do quadro clínico de Donald Triplett, um menino identificado como Donald T., que começou a apresentar sintomas a partir dos dois anos de idade, regredindo em seu desenvolvimento. Foi esse o marco inicial e o primeiro impulso nos estudos acerca do autismo. Citando tal caso, Evêncio e Fernandes (2019, p.01) citam que:

Donald T. tinha comportamentos ‘normais’ até dois anos de idade, quando começou a chamar a atenção dos seus pais por notável regressão do seu desenvolvimento como a falta de interesse em pessoas e objetos ao seu redor. Manifestou agressividade ao ter sua rotina alterada ou atividade interrompida, bem como, a falta de respostas às tentativas afetivas e crescente isolamento. Tais condutas despertaram a preocupação de sua família que, em busca de saber que mal havia acometido seu filho, sua mãe escreve uma carta de confissão descrevendo Donald como “irremediavelmente louco”.

Era um período marcado por muito preconceito e muitas famílias ao terem uma criança com comportamento anormal, chegando a desfazer-se delas, já que essa criança era considerada como uma espécie de castigo à família.

No ano seguinte, Asperger fez um novo estudo que identificou um distúrbio que passou a chamar de “Psicopatia Autística”, onde os indivíduos apresentavam dificuldades extremas na interação social, uso pedante da fala, dificuldades no desenvolvimento motor e era algo visto apenas em indivíduos do sexo masculino. Para compreender melhor esse distúrbio, Asperger analisou diferentes casos clínicos, caracterizou a história das famílias desses indivíduos, assim como seus aspectos físicos e comportamentais. Analisou ainda como eles desempenhavam-se em testes de inteligência e de que forma esses indivíduos eram educados na escola (TUSTIN, 1975).

Os dois estudos foram divulgados a âmbito mundial e tornaram-se muito importantes na literatura médica. No caso de Kanner, seus estudos logo tornaram-se parte das discussões realizadas pela comunidade científica. Nas pesquisas do autor sobre o autismo infantil ele afirmava que esses indivíduos eram atingidos por uma distorção do modelo familiar, o que fazia com que tivessem alterações no desenvolvimento psico-afetivo da criança ligando-o ao caráter altamente intelectual dos pais destas crianças. O autor, porém, não se esqueceu de citar os fatores biológicos apresentados por essas crianças e como estes poderiam estar produzindo as alterações comportamentais verificadas de forma precoce, o que faria com que não se pudesse aceitar o fato como algo puramente relacional (Tustin, 1975).

3 A Inserção Crianças Autistas no Ensino Regular

O espaço escolar é tido como meio de socialização, porém o que se vê, às vezes, é a falta de políticas educacionais vindas da própria escola no que diz respeito às crianças com autismo ou qualquer tipo de deficiências. Dentro da perspectiva de alguns pesquisadores como Wallon (1879-1962); Piaget (1896-1980); Baptista; Bosa (2002); Fiaes; Bichara (2009), o desenvolvimento humano passa por etapas e essas são marcadas pela aprendizagem e pela assimilação.

A psicogenética walloniana tem como perspectiva os momentos de desenvolvimento do ser humano, seja ele com autismo ou não, são momentos conflituosos marcados pelo crescimento emocional e racional da criança.

Para Wallon (1995,), o desenvolvimento do ser humano é como uma construção progressiva em que se sucedem fases com predominância alternadamente afetiva e cognitiva”.

Dessa forma, enfatiza-se que, para oferecer uma atenção educacional adequada às crianças com espectro de autismo na escola, será necessário trabalhar as principais áreas afetadas nessas pessoas (interação social, comunicação, flexibilidade e imaginação) fazendo adaptações não apenas em nível de sala de aula, mas também em nível escolar, o que permitirá que essas crianças desenvolvam atividades educativas da maneira mais autônoma e independente possível.

O pensamento de Vygotsky (2003) difere por acreditar que o sujeito é ativo, ele age sobre o meio. Para ele, não há a natureza humana, há essência humana. Somos

primeiro sociais, e depois nos individualizamos. Na abordagem vygotskyana o homem é um ser social e individualizado, ou seja, nasce em uma sociedade familiar e, posteriormente, se individualiza, ele transforma e é transformado.

Passando das teorias de aprendizagem e caminhando para a neurociência. Para a Neuropediatria “o aprendizado não espera o período escolar para se iniciar. De fato, começa junto com o processo neuromaturacional, que inicialmente está fundido ao aprendizado e paulatinamente vai se separando e individualizando” (ROTTA, 2006, p.65).

Diante disso vê-se que o ser humano, desde a sua fase intrauterina, tem predisposição a aprender e que o processo de amadurecimento cerebral vai passar por várias etapas até atingir o ápice, e as dificuldades na aprendizagem serão logo percebidas quando se aproximar da fase em que irá adquirir conhecimentos linguísticos.

De acordo com Davern (1994), ainda existe a teoria de que as crianças com autismo e que vêm de ambientes em situação de pobreza sem terem acesso a livros ou as novas tecnologias tendem a fracassar na escola. Isto porque essas crianças pertencem a grupos diferentes daqueles “ditos normais” e apresentam dificuldades de aprendizagem.

A escola tem o hábito de categorizar e classificar o aluno com base nos conteúdos apreendidos ou não, observa-se aí que ao diagnosticar a criança, a escola está se esquivando de sua responsabilidade e imputando a culpa do fracasso dessas crianças nelas mesmas e não em fatores de metodologias educacionais, currículos, e organização escolar. Aceitar e valorizar a diversidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões entre outras, é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos.

De acordo com Pinheiro (2001):

Educar indivíduos segregados em salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem que somente acontecem na sala de aula regular devido à diversidade presente neste ambiente. (PINHEIRO, 2001, p. 45).

O professor que tem em sua sala de aula crianças com autismo deve criar e oportunizar estratégias que possam conduzi-las à aprendizagem, sabe-que essas crianças têm severos problemas para estabelecer a conversão grafema/fonema, portanto necessitam um reforço específico para aprenderem a ler e a escrever.

Para falar sobre a criança autista no contexto escolar houve-se a necessidade de citar Wallon, Piaget e Vygotsky, pois os autores falam sobre o desenvolvimento do ser humano de modo geral, e, segundo Lopes (2019), toda criança necessita de estímulos do ambiente para se desenvolver e a escola é um ambiente muito estimulante, e este estímulo ainda é mais importante para a criança com espectro do autismo.

A isso Barberini (2016) corrobora:

No contexto escolar e para um trabalho adequado, o professor precisa sempre buscar e manter contato visual com o aluno com autismo, estimulando a comunicação, mediando brincadeiras entre os alunos, utilizando uma linguagem simples e clara, bem como usufruindo de recursos como computadores, músicas e livros, observando o interesse da criança. Esses recursos facilitam a aprendizagem. (Barberini 2016, p. 47)

A escola regular torna-se um importante canal para que a criança com autismo possa interagir com seus pares, ao ouvir as outras crianças, ao perceber o estímulo do professor a criança autista, aos poucos, vai imitar seus colegas ou desenvolver comportamentos mais complexos com os quais está acostumada.

Lopes (2019) para que a criança autista entenda o contexto escolar no qual ela está inserida é necessária uma transformação do sistema educacional, que deve ser capaz de valorizar suas especificidades e que ela possa ser respeitada independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais.

A partir disto, compreende-se que o conceito do autismo no contexto escolar refere-se à modificação de atitudes e estereótipos negativos, qualificação de docentes e outros profissionais, mudança da dinâmica da programação educacional e do desenho curricular usual, e muitas outras ações.

CONCLUSÃO

Incluir alunos com qualquer tipo de transtorno ou deficiência não é algo fácil, isto porque nem todos os profissionais a frente da educação tem conhecimentos e qualificação para fazê-los e nem todas as instituições de ensino possuem condições físicas e materiais para esse trabalho. No caso da criança autista, é de suma importância que seja desenvolvido um trabalho conjunto entre família, escola,

professor e outros tipos de profissionais, compreendendo o que é o autismo, suas particularidades e como desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que além de incluí-lo, também seja de qualidade.

No caso específico da criança com autismo, surgiram várias formas de escolarizá-la, isto porque há diferentes formas de se compreender essas crianças, a forma como se desenvolvem assim como as possibilidades educativas que a elas pode ser direcionada. Há de se considerar, porém, que a escolarização desses indivíduos, ficou, por muito tempo sob responsabilidade da educação especial. Dentro dessas instituições, o atendimento a criança autista baseava-se no modelo clínico médico e a educação centrava-se nas deficiências que o aluno possuía, buscando corrigir ou amenizar os déficits que ele apresentava, porém, fortalecendo a imagem da criança com autismo dentro do diagnóstico e afirmando a ideia de que ela não era capaz de aprender ou se desenvolver.

REFERÊNCIAS

BARBERINI, K.Y. **Escolarização do Autista no ensino regular e as práticas pedagógicas**. CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.16, n.1, p. 46-55, 2016.

CUNHA, Eugênio, **Autismo e Inclusão**. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2012

DAVERN, L. **Parent's Perspectives on Relationships with Professionals in Inclusive Educational Settings**. Dissertation Abstracts International, 1994.

GAUDERER, Christian E. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento** – 2. ed. Guia Prático para Pais e Profissionais: São Paulo: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1997.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, 2, 217-250, 1943;

LOPES, Cláudia. **Transtorno do espectro do autismo**. Disponível em: <<https://claudialopes.psc.br/category/transtorno-do-espectro-do-autismo/>> Acesso em: 12 jan. 2019.

PINHEIRO, B.M.; GONÇALVES, M.H. **O processo ensino-aprendizagem**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2001.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. (orgs). **Atendimento Educacional Especializado: Construções para a prática pedagógica**. Santa Maria/RS: UFSM, 2012.

SILVA, Josélia Pontes Nogueira. **Autismo na educação infantil: desafios e práticas inclusivas**. Duas Estradas: UFPB, 2016.

TUSTIN F. **Autismo e psicose infantil**. Rio de Janeiro: Imago; 1975.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLON, H. (1941-1995). **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Edições 70.